

## **A Inserção da Mão-de-Obra Feminina na Indústria de Confecção no Ceará: O Caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité**

**Maria Vilma Coelho Moreira\***

### **INTRODUÇÃO**

A participação da mulher na força de trabalho na América Latina tem sido um tema vastamente estudado, uma vez que o trabalho remunerado da mulher é, geralmente, percebido como um indicador do seu *status* econômico e do bem-estar social (ACEVEDO, 1995). Várias pesquisas têm enfatizado a maneira como a força de trabalho feminina em regiões periféricas, que ainda estão sendo industrializadas, tem sido inserida no processo de desenvolvimento; outros estudos têm ainda contemplado as condições de trabalho a que as mulheres são submetidas nestas regiões (FERNÁNDEZ-KELLY, 1983; RÍOS, 1995; TIANO, 1994).

O Estado do Ceará tem experimentado um rápido processo de industrialização nos últimos 10 anos, conseqüência de uma política agressiva de incentivos fiscais por parte do governo estadual, que almeja, com isso, atrair indústrias para o Estado, particularmente para o interior. O governo tem enfatizado particularmente a interiorização do desenvolvimento no Estado do Ceará, como estratégia para gerar emprego e renda para a população do interior. Assim, ao dispersar geograficamente o processo de industrialização no interior do Estado, o governo tem como meta diminuir a migração rural-urbana, oferecendo condições de trabalho para a população rural.

Devido ao fato de a industrialização do interior ser um fenômeno recente no Estado do Ceará, há uma falta de estudos mais aprofundados sobre as dinâmicas deste processo, suas particularidades e conseqüências

---

\* A autora é doutora em sociologia pela University of Tennessee, em Knoxville, Estados Unidos e bolsista do CNPq no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

para a população rural, especialmente no que diz respeito à mulher trabalhadora do interior do Estado.

Esta pesquisa tem dois objetivos principais. O primeiro é analisar o processo de inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção numa região do Estado do Ceará, o Maciço de Baturité, através do estabelecimento de cooperativas de produção de confecções. O segundo objetivo é descrever o perfil demográfico das trabalhadoras associadas às cooperativas de confecções e sua experiência de trabalho, a fim de investigar as características sócio-econômicas de uma força de trabalho transformada em mão-de-obra industrial no âmbito de uma região rural.

Este estudo restringe sua análise à indústria de confecção localizada no pólo industrial de confeccionistas do Maciço de Baturité, distante aproximadamente 70 quilômetros de Fortaleza, capital do Ceará. A escolha desta indústria deve-se ao fato de que sua implantação, na referida região cearense, faz parte do projeto governamental de industrialização do interior, e ser a mão-de-obra empregada no processo de produção predominantemente feminina. Ademais, a força de trabalho feminina empregada em tal indústria tem sido inserida na mesma através da criação, em larga escala, de cooperativas de confeccionistas, fato também inusitado na região.

A análise do processo de incorporação das trabalhadoras cearenses na indústria de confecção e a descrição de suas características sócio-econômicas será realizada à luz da literatura concernente às relações de gênero no processo de desenvolvimento e à problemática do trabalho feminino na sociedade contemporânea.

## **A ECONOMIA POLÍTICA DO GÊNERO: MULHER E TRABALHO**

A literatura sobre “mulher e desenvolvimento” produzida nos últimos vinte anos tem contribuído de forma importante para a análise do processo de desenvolvimento, por enfatizar o impacto desse processo nas mulheres, enquanto trabalhadoras e membros integrantes do grupo

familiar. Os elementos associados a esse impacto foram, no passado, largamente negligenciados pela maioria dos cientistas sociais (BENERÍA e ROLDAN, 1987).

O livro de Esther Boserup, *Womens's Role in Economic Development (O papel da mulher no desenvolvimento econômico)*, publicado em 1970, tem sido reconhecido como um marco na análise do impacto do desenvolvimento sobre as relações de gênero. Através dos resultados de suas pesquisas empíricas apresentadas no livro, BOSERUP desafiou vários pressupostos da escola da modernização e inaugurou um debate sobre a mulher e o desenvolvimento que ainda continua no presente (JAQUETE, 1982).

BOSERUP (1970) foi a primeira escritora a enfatizar que a modernização e o processo de desenvolvimento muitas vezes ocasionam a deterioração do *status* da mulher e a sua exclusão de atividades produtivas até então exercidas por elas em suas comunidades. Pesquisas posteriores vieram desmistificar as afirmações da teoria da modernização, nas quais “modernização, tecnificação e desenvolvimento capitalista em geral têm sido vantajosos para a mulher” (FERNANDEZ-KELLY, 1983, p. 10).

Vários estudos têm ainda demonstrado que a participação da maioria das mulheres nas indústrias tem sido restrita a trabalhos manuais e de baixa remuneração. Os homens, ao contrário, normalmente substituem as mulheres em ocupações, quando estas se tornam tecnologicamente mais sofisticadas. Por exemplo, FERNÁNDEZ-KELLY (1983) afirma que:

(...) Na indústria de confecção, o corte, agora uma operação altamente mecanizada, tem se tornado uma ocupação masculina e um trabalho relativamente bem remunerado, enquanto que costurar, um trabalho que requer o uso extensivo de mão-de-obra e ainda continua sendo de baixo nível de remuneração, é uma tarefa feminina (p.11).

No Brasil, uma vasta literatura também tem sido produzida acerca do impacto do desenvolvimento sobre as relações de gênero no contexto brasileiro (ver, por exemplo, SOUZA-LOBO, 1991; BRUSCHINI, 1995). De fato, as mulheres no Brasil, assim como em outros países, também lutam contra as desigualdades sócio-econômicas, particularmente no

âmbito do trabalho. Apesar de a participação da mulher brasileira no mercado de trabalho ter aumentado nestas últimas décadas, este progresso não tem sido acompanhado pela igualdade salarial entre os homens e as mulheres no Brasil, pois a mulher brasileira ganha em média 43% menos que o homem (“Veja”, agosto/setembro, 1994).

Depois da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, nestas últimas décadas, tem ocorrido uma crescente tendência à internacionalização do investimento capitalista. Com a falência da estratégia de substituição de importações, largamente usada por países em desenvolvimento, uma nova estratégia econômica tem sido adotada extensivamente por regiões e países em desenvolvimento. Tal estratégia consiste na liberalização das economias nacionais em resposta à demanda de mercados internacionais, acentuando, assim, sua participação no processo de globalização da produção mundial. Várias regiões subdesenvolvidas têm adotado este modelo de industrialização voltado basicamente para a exportação de produtos manufaturados (ONG, 1991; FERNÁNDEZ-KELLY e SASSEN, 1995). Nesta nova tendência, o papel da mulher tem sido muito importante, uma vez que um grande número delas tem sido incorporadas nesta nova estratégia de desenvolvimento através de sua inserção no trabalho industrial (FERNÁNDEZ-KELLY, 1983).

Três tipos de indústria têm adaptado suas operações rapidamente para atuar em regiões que estão em processo de industrialização: a indústria eletrônica, a têxtil e a de confecção, que são particularmente voltadas para a exportação. Estas indústrias são muito competitivas, e o custo com a mão-de-obra tem grande proporção em seus orçamentos (TIANO, 1990). A participação da força de trabalho feminina na indústria de confecção é importante porque, tradicionalmente, a grande maioria de seus trabalhadores é formada por mulheres.

### **A Indústria de Confecção e o Trabalho da Mulher**

De acordo com BONACICH *et al* (1994), a indústria de confecção

pode ser encontrada hoje praticamente em todo o mundo. É a primeira indústria a ser implantada num país que está se direcionando para a industrialização, especialmente voltada para a exportação. De fato, a indústria de confecção é pioneira na globalização da produção. Ela ainda é uma indústria de trabalho intensivo que envolve atividades com tecnologias relativamente simples e de baixo custo inicial. Apesar de avanços na tecnologia terem sido alcançados, o indivíduo (geralmente mulher) trabalhando na máquina de costura ainda é a unidade básica de produção.

A linha de montagem da indústria de confecção não requer indivíduos com educação formal, o que faz a possível entrada de trabalhadores recentemente proletarizados na indústria, capaz de combinar tecnologias simplificadas e avançadas. Assim, as fases do desenho, da engenharia e do corte da produção, que estão se tornando cada vez mais mecanizadas e computadorizadas, podem até ser executadas em países industrializados. Por outro lado, a tecnologia mais simplificada, a parte da produção que exige trabalho intensivo, pode ser executada em regiões menos desenvolvidas, que são integradas no sistema global de produção através de seu papel no processo da produção: a montagem dos confeccionados (BONACICH *et al.*, 1994).

A crescente inserção das mulheres na força de trabalho nos países em desenvolvimento que estão adotando políticas de liberalização de seus mercados, e naqueles cujos modelos de industrialização têm-se voltado para a exportação, tem ocasionado a reformulação de abordagens teóricas como, por exemplo, a tese da marginalização e o conceito do “exército industrial de reserva”. Ao invés de analisar especificamente o nível de participação da mulher na força de trabalho, estudos começaram a focar a natureza da inserção da mulher no desenvolvimento capitalista e sua incorporação na força de trabalho. Por exemplo, várias pesquisas têm procurado verificar como a força de trabalho feminina tem sido incorporada na divisão internacional do trabalho e como esta incorporação tem afetado os tipos de trabalho que a mulher realiza (ACEVEDO, 1995).

As próximas seções explicitarão as complexidades do processo de incorporação da força de trabalho feminina na industrialização do interior do Ceará através da participação de mulheres cearenses em cooperativas de confecções. Após uma breve explanação sobre a criação e o funcionamento das cooperativas de confecções referidas neste estudo, serão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo sobre as mulheres associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité.

### **AS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Até o final dos anos 70, o governo do Ceará dava prioridade à industrialização localizada na capital do estado, pois ainda tentava consolidar o distrito industrial de Fortaleza. Entretanto, desde a década de 80, o governo do Estado tem redirecionado sua política industrial para o interior do estado (OLIVEIRA JR., 1992).

Neste sentido, o governo tem formulado um pacote de benefícios para que as indústrias se estabeleçam no interior, como, por exemplo, infra-estrutura física (água, luz e esgoto), terrenos a preços simbólicos e vários incentivos fiscais. Esta nova política de desenvolvimento tem atraído várias empresas para o Estado. Registre-se que, nos últimos 3 anos, 200 empresas instalaram-se no Ceará e o governo pretende trazer mais 200 nos próximos quatro anos (“O Povo”, 16-07-95, p. 24A). Entre essas empresas, uma fábrica de confecções, a Kao Lin, que faz parte do complexo empresarial de um grupo de investidores de Taiwan, encontra-se em funcionamento no município de Acarape, na região do Maciço de Baturité, distante aproximadamente 70 quilômetros de Fortaleza. Ao contrário das outras empresas instaladas na área, esta não contrata diretamente toda a mão-de-obra necessária para a confecção de roupas jeans (particularmente calças compridas). Ela contrata apenas pessoal mais especializado: engenheiros, administradores, gerentes, pessoal encarregado do corte do tecido, etc. A mão-de-obra encarregada da montagem de peças jeans é subcontratada através de cooperativas de confeccionistas criadas recentemente (1993) numa política conjunta do governo do Es-

tado do Ceará, das prefeituras municipais do Maciço de Baturité e da referida fábrica de confecções.

A Cooperativa de Produtores de Confecções Acarape Ltda. foi fundada em 1993 e, no dia 1º de julho de 1994, firmou contrato com a empresa Kao Lin S/A, a fim de viabilizar, na prática, as condições necessárias para a produção de jeans. Este contrato depois foi reproduzido por outras cooperativas que se estabeleceram na região. O contrato estabelecia que a cooperativa deveria confeccionar o jeans fornecido pela empresa já cortado, segundo suas especificações técnicas, e vender toda a sua produção para esta empresa enquanto durasse o contrato, estipulado em **oito anos**. O preço das peças produzidas pelas cooperativas era calculado à parte, em uma planilha, e variava de acordo com a quantidade de peças produzidas pela cooperativa. Por outro lado, a Kao Lin se obrigava a transferir e gerenciar a aplicação da tecnologia necessária na confecção das peças jeans, assim como a controlar a sua qualidade. Outrossim, a empresa também se comprometia a comprar toda a produção das cooperativas e avaliar, quando se fizesse necessário, empréstimos bancários para financiamentos do maquinário e equipamentos exigidos na produção das peças jeans.

De fato, a Kao Lin foi avalista da cooperativa em empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil para a aquisição de máquinas, uma vez que as costureiras transformadas em “cooperadas” nada tinham de capital para investir em maquinário. Vale ressaltar que as máquinas de costura adquiridas pelas cooperativas são produzidas por outra empresa do mesmo grupo de investidores de Taiwan, a Yamacon, também com sede em Acarape.

A primeira cooperativa de produtores de confecções, parte deste projeto, foi, na realidade aberta numa favela de Fortaleza, o Lagamar, mas foi fechada em 1995, por ser considerada “problemática” pela administração da Kao Lin. O fato foi confirmado pela autora em entrevista com representantes da Kao Lin, que sempre se referiam às suas cooperadas como sendo “rebeldes” e “indisciplinadas”, ressaltando seu envolvimento

mento em partidos políticos e organizações de comunidade. Em contrapartida, a experiência com as cooperadas do interior, sob o ponto de vista empresarial, tem sido menos conflituosa, pois na região do Maciço de Baturité inexitem sindicatos e organizações de comunidades fortes, impedindo assim que as cooperadas articulem-se coletivamente de forma mais organizada.

A lei de cooperativas no Brasil estabelece que o cooperado é membro da cooperativa e não seu empregado, portanto não é caracterizado nenhum vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros (Lei nº 5.764, de 16-12-71, art. 90). O Brasil não tem uma tradição de cooperativas de trabalho como a França, assim as leis brasileiras não foram elaboradas com a preocupação de proteger trabalhadores engajados neste tipo de empreendimento. Portanto, uma análise superficial do vínculo entre a Kao Lin e cooperativas pode levar à interpretação de que as cooperativas em questão são entidades autônomas, e que não há vínculo entre a fábrica de confecções Kao Lin e membros das cooperativas do Maciço de Baturité, quase todos mulheres do meio rural que, na grande maioria, não possuem nenhuma experiência anterior em trabalho industrial, principalmente na indústria de confecção.<sup>1</sup> Contudo, esta autonomia tem sido bastante contestada no Estado do Ceará, não apenas em seu aspecto ético, mas também juridicamente, através da Procuradoria do Trabalho do Estado do Ceará, que entende haver vínculo empregatício entre as cooperadas e a Kao Lin.

Quando a implantação da fábrica de confecções na região do Maciço de Baturité foi concebida, as partes envolvidas (o governo do Estado do Ceará, a Kao Lin e os prefeitos dos municípios da região) tinham conhecimento de que a força de trabalho disponível na área precisaria ser treinada, a fim de adquirir habilidade necessária para a montagem de jeans (especialmente calças), confeccionados pela Kao Lin. Por isso, um

---

<sup>1</sup> Uma discussão mais detalhada a respeito da criação e funcionamento das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité encontra-se na tese de doutorado da autora intitulada "Globalization and the Incorporation of Women's Labor: The Case of Garment Cooperatives in Northeast Brazil". University of Knoxville, Tennessee, EUA, 1996.



centro de treinamento foi fundado para formar a mão-de-obra, que seria posteriormente contratada pela empresa de confecções, através da criação de cooperativas de confecções na região.

A fundação Centro Tecnológico de Formação de Confeccionistas (CTFC) funcionou no município de Acarape durante quase quatro anos, tendo sido fechada em maio de 1998. Era mantida pela Kao Lin, para que fosse treinada a mão-de-obra que iria trabalhar nas cooperativas. Com capacidade para treinar 2.160 confeccionistas anualmente, o CTFC foi fundamental no período de implantação das cooperativas, quando havia a necessidade constante de mão-de-obra. O programa de treinamento era então extremamente importante, uma vez que a grande maioria dos candidatos ao treinamento nunca tinha trabalhado na indústria de confecção. Deste modo, antes de ser qualificada para trabalhar nas cooperativas, a mão-de-obra era treinada no CTFC, que aceitava inscrições para candidatos interessados em fazer os cursos. O CTFC requeria que os candidatos fossem alfabetizados, tivessem de 18 a 35 anos e demonstrassem habilidades manuais para lidar com as máquinas de costura. Apesar de os treinamentos serem abertos para ambos os sexos, a grande procura era por parte das mulheres, que formavam, assim, a quase totalidade dos membros das cooperativas. Assim, as mulheres da região do Maciço de Baturité foram incorporadas à indústria de confecção instalada na área através das cooperativas criadas pelo governo do Ceará.

Concluído o treinamento, as costureiras eram encaminhadas, pelo CTFC a uma unidade em seu município. Em 1994, a primeira cooperativa da região foi aberta no município de Acarape. Gradualmente, foram abertas cooperativas de confecções em onze municípios do Maciço de Baturité: Acarape, Antônio Diogo, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Cantagalo, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Pau Branco e Redenção. Elas eram divididas em três unidades, empregando cada uma a média de 35 trabalhadores e possuíam, no conjunto, aproximadamente 800 membros (90% mulheres), os quais ganhavam em média um salário mínimo por mês. Todas as cooperativas abertas tinham contrato de exclusividade por oito anos com a empresa Kao Lin, que foi a sua avalista no Banco do

Nordeste para a compra das máquinas de costura utilizadas na confecção das peças jeans. Na realidade, tais cooperativas funcionavam como pequenas fábricas na região. As “cooperadas” trabalhavam no mínimo oito horas por dia. Sua assiduidade era controlada por supervisores contratados pela Kao Lin, que trabalhavam dentro das cooperativas. A remuneração era paga pela Kao Lin quinzenalmente, de acordo com o número de peças montadas pelas cooperadas. A principal diferença entre as cooperativas e fábricas é que, com o sistema de cooperativas, a contratante da produção das cooperativas não precisa se preocupar com os encargos sociais das “cooperadas”, pois, de acordo com a Lei no. 5.764, de 16-12-71, que rege as cooperativas no Brasil, não há vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros, nem entre a cooperativa e a empresa que contrata seus serviços. Portanto, as cooperadas nunca receberam décimo terceiro salário, licença-maternidade, férias de 30 dias e todos os outros direitos com que a Constituição do Brasil contempla os trabalhadores assalariados brasileiros.

Freqüentemente, cooperativas são criadas em tempos de retração econômica, como estratégia de governos ou de trabalhadores para lidar com problemas de desemprego. Um fenômeno inverso está ocorrendo com o estabelecimento das cooperativas no interior do Ceará, a saber, cooperativas de confecções, sapatos e motores elétricos, uma vez que estão sendo criadas num período de expansão industrial no Estado. Assim, torna-se evidente que o objetivo da implantação das cooperativas tem sido facilitar a extração da mais-valia de uma força de trabalho localizada numa área rural de uma região periférica. Vale ressaltar que o modelo de “cooperativas” pioneiro no Ceará está se reproduzindo em vários estados do nordeste, tais como Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que também estão oferecendo a sua força de trabalho de baixo custo como incentivo para investimentos.

Em 1997, a Kao Lin descumpriu o contrato que mantinha com as cooperativas abertas na região, fechando as pequenas unidades espalhadas pelos municípios da região. As máquinas de costura foram, então, retiradas das cooperativas, sem nenhuma explicação por parte dos em-

presários. Por outro lado, a cooperativa de Acarape foi transferida para dentro dos galpões da Kao Lin, que aproveitou cerca de 200 das antigas cooperadas de alguns municípios da região e continua, assim, funcionando, mas concentrando todas as atividades da cooperativa dentro dos limites geográficos da fábrica. A referida cooperativa mantém a mesma estrutura organizacional das unidades espalhadas pela região, com supervisores da Kao Lin controlando a assiduidade e produção das cooperadas. A remuneração atual das cooperadas não atinge um salário mínimo mensal.

### **Características Demográficas das Costureiras Associadas às Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité**

Quarenta e cinco costureiras associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité, procedentes dos municípios de Acarape, Redenção e Barreira, foram entrevistadas para este estudo. Três entrevistas foram usadas no pré-teste do formulário e foram excluídas da análise quantitativa da pesquisa. As entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente dentre as cooperadas, através de sorteio.

Um grande número de estudos tem tentado identificar as características demográficas das mulheres ocupadas em trabalhos industriais em países em desenvolvimento. Pela teoria *Nova Divisão Internacional do Trabalho* (NDIT), que tem analisado as transformações na economia global contemporânea, a clássica divisão internacional do trabalho está superada, dando lugar a uma nova dinâmica no mercado mundial. De acordo com esta teoria, neste novo contexto de globalização da produção, a inserção da força de trabalho feminina na economia contemporânea tem-se intensificado (FRÖBEL *et alii*, 1980). Por exemplo, empregos industriais em áreas chamadas Zonas de Processamento Livres (ZPLs), ou em empresas multinacionais localizadas em regiões periféricas, são caracterizados por uma força de trabalho cuja maioria é formada por mulheres jovens e solteiras, principalmente em regiões cuja estratégia econômica se volta para a exportação. Estas mulheres trabalhadoras têm as seguintes

características demográficas:

- são jovens, recrutadas entre as idades de 15 a 25 anos, concentrando-se entre as idades de 18 a 21 anos;
- são solteiras e sem filhos;
- não têm 'habilidades' no sentido de ter reconhecidamente qualificação ou treinamento e
- não têm experiência prévia de trabalho assalariado no setor industrial. (*Ibid.*, p. 78)

Apesar de esta pesquisa não ter investigado a participação total da força de trabalho feminina nas indústrias que se estabeleceram na área do Maciço de Baturité, mas apenas as cooperativas de confecções, uma tentativa foi feita em termos de averiguar se o perfil das costureiras associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité corresponde ao perfil geral da participação feminina em indústrias manufatureiras em regiões subdesenvolvidas. Vemos, na seção seguinte, o resultado dessa investigação.

### **Idade**

A faixa etária das entrevistadas variou entre 18 e 34 anos, com uma média de 24 anos. Entretanto, suas idades não estão distribuídas igualmente através da amostra. Ao contrário, são bastante concentradas entre as idades de 18 a 25 anos. De fato, 71% das entrevistadas encontram-se dentro desta faixa etária. Isto reflete um padrão geral da participação da força de trabalho feminina no Brasil, no qual a força de trabalho masculina apenas declina com a idade avançada, sugerindo que os homens deixam a força de trabalho por ocasião da sua aposentadoria. Ao contrário, a participação da mulher na força de trabalho começa a declinar na idade de 25 anos, sugerindo que casamento e maternidade são importantes fatores de saída da mulher da força de trabalho. Além do mais, a mulher brasileira quase sempre não retorna ao trabalho remunerado depois que seus filhos crescem, como fazem as mulheres nos países desenvolvidos (BRUSCHINI, 1988).

A idade é também um importante aspecto na composição da força de trabalho feminina, pois afeta outras variáveis importantes, tais como estado civil e experiência de trabalho. A idade é relacionada com o estado civil, porque é menos provável que a mulher jovem seja casada e tenha filhos, e estes fatores são importantes na admissão de mulheres no trabalho fabril, uma vez que várias indústrias preferem mulheres solteiras e que não tenham filhos (PEARSON, 1986).

A idade é ainda relevante no que tange à experiência de trabalho. Estudos sobre a força de trabalho feminina nas **maquiladoras**, indústrias montadoras na fronteira do México com os Estados Unidos, mostraram que a maioria das mulheres empregadas naquela área são jovens sem nenhuma experiência de trabalho naquelas indústrias, antes da sua incorporação às **maquiladoras** (FERNÁNDEZ-KELLY, 1983). Com efeito, uma força de trabalho jovem oferece várias vantagens para o empregador, que acredita que as mulheres jovens percebem seu trabalho remunerado como algo passageiro anterior ao casamento. Portanto, elas tendem a ter uma carreira curta, o que economiza às empresas custos com encargos sociais. Ademais, jovens solteiras tendem a morar com seus pais num regime autoritário, e são, por isso, mais dóceis e obedientes que as mulheres mais velhas (TIANO, 1994).

### **Estado Civil**

Sessenta e seis por cento das entrevistadas são solteiras, a maioria das quais mais jovens do que as casadas. A média de idade das mulheres solteiras é de 22 anos, enquanto que a média de idade das mulheres casadas é de 26 anos. Assim, mulheres casadas não só são menos representadas na amostra, como também mais idosas que as solteiras.

Cinquenta e dois por cento das entrevistadas na amostra não têm filhos. Entre as solteiras, 76% não têm filhos. Por outro lado, entre as casadas, 82% têm filhos.

De um modo geral, o estado civil da mulher é um importante indi-

gador do seu nível de escolaridade, da maneira como ela combina seu papel produtivo e reprodutivo, de como ela é integrada no setor formal e informal da economia e de quão essencial é sua renda para a sobrevivência de sua família.

### **Nível de Escolaridade**

A média do nível de escolaridade das respondentes é de 7.5 anos de estudo. Apenas algumas entrevistadas na amostra têm menos de cinco anos de estudo (sete). Entretanto, quase a metade das entrevistadas (vinte) completou, no mínimo, oito anos de estudo, ou seja, cursou até a oitava série. Quinze entrevistadas têm entre nove e onze anos de estudo. Se o nível de escolaridade for combinado com o estado civil das entrevistadas, percebe-se que as solteiras atingem um nível mais elevado de escolaridade do que as casadas. A média do nível de escolaridade das solteiras é de 8.4 anos, enquanto que a média das casadas é de apenas 7.5 anos. Ademais, apenas uma entrevistada casada terminou o 2º grau, enquanto dez entrevistadas solteiras atingiram o mesmo nível de escolaridade. De fato, a maioria das mulheres casadas na amostra tem um nível de escolaridade distribuído entre a 5ª e 8ª séries.

A diferença dos níveis de escolaridade entre as entrevistadas solteiras e as casadas pode ser relacionada com a idade em que casaram ou tiveram seu primeiro filho. A média da idade em que as entrevistadas se casaram é de 19 anos. Com efeito, 71% das respondentes casadas contraíram matrimônio antes ou quando atingiram a idade de 20 anos. A média da idade das mulheres quando tiveram seu primeiro filho é de 19 anos, entretanto algumas entrevistadas tornaram-se mães quando tinham apenas 17 anos. Somente duas tiveram seu primeiro filho após vinte anos de idade. Uma vez que as entrevistadas casadas eram jovens quando casaram e tiveram seu primeiro filho, pode-se inferir que esta é a razão pela qual a maioria delas não continuou seus estudos.

## Estrutura Domiciliar

As famílias das entrevistadas são predominantemente nucleares.<sup>2</sup> A grande maioria das entrevistadas casadas, com exceção de uma, que mora na casa de seus familiares, reside em suas próprias casas, com seus esposos (76%) ou companheiros (18%) e filhos.

A maioria das mulheres solteiras (68%) vive com o pai ou a mãe e irmãos, pelo menos, e apenas algumas delas moram com parentes ou amigos, ou são chefes de família.

A média de membros da família por unidade domiciliar na amostra é de 5 membros. A média dos membros das famílias das entrevistadas solteiras é de 6, enquanto que a das entrevistadas casadas é 4 membros. A variação do número de membros da família das entrevistadas de acordo com o estado civil deve-se ao fato de que a maioria das mulheres solteiras (68%) na amostra mora com os pais e irmãos. Por outro lado, a maioria das entrevistadas casadas (94%) mora apenas com seus maridos ou companheiros e seus filhos. Por conseguinte, as unidades familiares das entrevistadas solteiras tendem a serem maiores que a das entrevistadas casadas.

A estrutura domiciliar das mulheres associadas às cooperativas de confecções é semelhante à estrutura domiciliar das mulheres trabalhadoras em outras áreas em desenvolvimento, tal como o México, onde a maioria das mulheres solteiras mora com seus pais ou outros membros da família até o casamento (FERNÁNDEZ-KELLY, 1983). Em alguns países, como a Tailândia, por exemplo, mulheres migram da zona rural para Bangkok, a fim de encontrar empregos em indústrias, e, muitas vezes, dormem em dormitórios providenciados pelas empresas nas quais trabalham (PORPORA, LIM e PROMMAS, 1989). Mulheres de países como a Malásia, o Sri Lanka e a Tailândia migram para trabalhar em Singapura, em indústrias como a de confecções e a eletrônica (International Labor Office, 1988). As trabalhadoras entrevistadas para este estudo

---

<sup>2</sup> Uma família nuclear é composta pelo casal e pelos filhos.

continuavam morando com suas famílias, pois não tiveram que migrar para outras áreas em busca de trabalho, uma vez que a indústria de confecção se localizava em sua região. Ademais, as cooperativas são fragmentadas em pequenas unidades, espalhadas por toda a região, facilitando a inserção da força de trabalho local na própria região.

O número de membros das famílias das entrevistadas é um fator importante quando relacionado com a renda do grupo familiar, uma vez que este fator determina quão essencial é a renda das entrevistadas para a sobrevivência da família. A média da renda mensal da unidade domiciliar das entrevistadas é de R\$ 275,00. Entretanto, 57% das famílias das entrevistadas têm uma renda mensal que varia entre 1 e 2,5 salários mínimos por mês e apenas 5% das famílias excedem 5 salários mínimos por mês. A média da renda mensal entre as famílias das entrevistadas varia bastante em relação ao estado civil das mesmas. A média da renda mensal familiar das entrevistadas solteiras é de R\$ 310,00, enquanto que a média da renda das famílias das casadas é de apenas R\$ 240,00. Além disso, a renda mensal das famílias das entrevistadas casadas está bastante concentrada entre 1 e 2,5 salários mínimos mensais, enquanto que a renda das famílias das entrevistadas solteiras está mais distribuída equitativamente entre 1 e 4 salários mínimos por mês (88%).

A variação na renda familiar entre as entrevistadas solteiras e casadas deve ser analisada levando-se em consideração várias diferenças entre a estrutura da unidade domiciliar das entrevistadas, como, por exemplo, número de membros, de trabalhadores remunerados, e de crianças.

Nas famílias das trabalhadoras solteiras, quanto maior é o número de membros na família, mais a renda familiar cresce. Este fato reflete o ciclo de vida dos membros das famílias das entrevistadas. Por exemplo, a maioria dos membros das famílias das entrevistadas solteiras são adultos, enquanto que as famílias das casadas caracterizam-se pelo grande número de crianças, que, obviamente, não produzem nenhuma renda para a família, tornando-as basicamente dependentes de um ou, no máximo, dois provedores.



## Experiência de Trabalho

As entrevistadas têm uma experiência bem limitada de trabalho anterior ao das cooperativas. Vinte e quatro por cento delas (22% solteiras) nunca tiveram um trabalho remunerado anterior ao da cooperativa. A experiência de trabalho varia substancialmente de acordo com o estado civil da entrevistada. Com efeito, 36% das entrevistadas solteiras nunca tiveram um emprego pago, enquanto apenas 6% (ou seja, apenas uma) das entrevistadas casadas nunca tiveram uma atividade remunerada anterior ao seu ingresso na cooperativa.

Apesar de as entrevistadas casadas terem tido mais empregos remunerados que as solteiras, o que caracterizou a amostra como um todo foi o tipo de emprego que elas tiveram. Oitenta e seis por cento (86%) delas nunca tiveram um emprego no setor formal. As que tiveram, foi em ocupações não muito especializadas, como professoras primárias, balconistas, empregadas em fábricas de cachaça, de sapatos e de confecções, e em padaria.

As entrevistadas realizam trabalhos no setor de subsistência ou informal, o que mostra as suas estratégias de sobrevivência numa área em que é difícil achar empregos. Várias entrevistadas tinham trabalhado com ponto cruz ou crochê. Uma delas, por exemplo, começou a trabalhar com ponto cruz quando tinha apenas oito anos de idade. Outras haviam trabalhado anteriormente com agricultura, costura, lavagem de roupa, ou como empregadas domésticas, babás, faxineiras, cabeleireiras, no processamento da castanha de caju e da farinha de mandioca, na fabricação de cerâmica, na venda de frutas e verduras, roupas e cosméticos.

Um terço das entrevistadas (15), na maioria casadas (9), trabalhou previamente na agricultura, entretanto apenas uma admitiu ter ganho qualquer dinheiro nesta atividade. No entanto, a maioria apenas percebia seu trabalho como “ajuda” aos pais e maridos. Uma entrevistada afirmou que começou a trabalhar no roçado com apenas 10 anos de idade. Ela plantava e colhia feijão na “terra dos outros” e recebia uma porção da colheita como forma de pagamento. Outra entrevistada afirmou que

começara a “ajudar” o pai na agricultura quando tinha apenas seis anos de idade. Ela ainda acrescentou que continuara labutando na agricultura ocasionalmente até começar a trabalhar na cooperativa.

Do ponto de vista da gerência, a falta de experiência das cooperadas em costura industrial, ao invés de ser um problema, é um aspecto positivo no seu recrutamento. Um representante da Kao Lin afirmou em entrevista com a autora que era bom para a empresa treinar uma mão-de-obra que nunca trabalhou com jeans, pois assim ela não “imporia vícios ao produto”. A opinião do entrevistado sobre as vantagens da inexperiência da força de trabalho ocupada na montagem do jeans é compartilhada por outras empresas pelo mundo. Por exemplo, conforme KONIG (1975), empresas que operam na fronteira mexicana com os Estados Unidos preferem uma força de trabalho feminina que elas caracterizam como *virgens em termos de emprego industrial, que não precisam ser retreinadas ou destreinadas* (p. 451).

Os dados coletados nesta pesquisa confirmam a tendência geral das mulheres em regiões periféricas a serem confinadas no setor informal ou no setor de subsistência. De fato, em países latino-americanos, como o Brasil, a Costa Rica e o Chile, o setor informal representa de 72% a 76% de todos os empregos das mulheres (TODARO, 1994; TOKMAN, 1989).

Assim, a mão-de-obra empregada nas cooperativas de confecções em estudo caracteriza-se por sua falta de experiência anterior em empregos no setor formal e mesmo na indústria de confecção. Apenas poucas entrevistadas tinham costurado anteriormente (15), basicamente para o próprio consumo doméstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas governamentais do Estado do Ceará têm tido um importante papel na concessão de incentivos e outras condições para a penetração do capital privado no Ceará. A empresa de confecção que opera no Maciço de Baturité (Kao Lin) tem se beneficiado largamente do paco-

te de incentivos fiscais, de empréstimos e de uma força de trabalho disponível e barata. Neste sentido, as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité foram criadas com o objetivo principal de garantir uma mão-de-obra de baixo custo para a Kao Lin, parte de um grupo de investidores de Taiwan. Elas exemplificam bem as dinâmicas que estão ocorrendo no mercado mundial, decorrentes da reestruturação produtiva e da crescente globalização. Através do sistema de cooperativas criado na região do Maciço de Baturité, o setor de confecções inova velhas estratégias como a subcontratação, agora chamada terceirização, garantindo, num mercado extremamente competitivo, preços atrativos para os seus produtos, o que é possível pelo baixo custo com a mão-de-obra das “cooperadas”.

Por outro lado, a dimensão das relações de gênero não deve ser subestimada no estabelecimento das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité. A mulher da zona rural é uma força de trabalho vulnerável, devido à falta de oportunidades de trabalho feminino no interior e ao seu *status* inferior numa sociedade com forte tradição patriarcal, como é o nordeste do Brasil. Conquanto sua “docilidade” e “passividade” sejam contestáveis, a mulher da zona rural cearense tende a aceitar mais facilmente piores condições de trabalho do que as mulheres das zonas urbanas e são facilmente descartáveis e substituíveis.

O perfil demográfico das costureiras das cooperativas do Maciço de Baturité corresponde às características demográficas de mulheres que trabalham em regiões recentemente industrializadas em países em desenvolvimento (FERNÁNDEZ-KELLY, 1983; TIANO, 1994; WARD, 1990). As associadas das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité são jovens, a maioria são solteiras, sem elevado grau de escolaridade e sem experiência prévia em trabalho industrial. Ademais, trata-se de uma mão-de-obra não-politizada, sem experiência em organizações comunitárias, tais como sindicatos e partidos políticos, sendo, portanto controladas com mais facilidade. Pode-se também considerá-la uma força de trabalho extremamente descartável devido ao constante treinamento de confeccionistas, que está formando um verdadeiro “exército industrial de

reserva” na região.

Vale ressaltar que a inicial fragmentação geográfica das cooperativas em pequenas unidades espalhadas pela região do Maciço de Baturité e o próprio sistema de cooperativas criado na região não pareciam favorecer a conscientização de classe por parte das “cooperadas”, que não são, na realidade, donas das cooperativas, nem tampouco empregadas de alguém, mas apenas sócias de uma organização que as incorpora como trabalhadoras “sem patrão”. Contudo, formas incipientes de resistência foram registradas, especialmente através de “greves”, quando as cooperadas paravam a produção em várias unidades na tentativa de obter da Kao Lin informações acerca da tabela de preços das peças, ou mesmo para reivindicar o pagamento, que sempre atrasava, de acordo com as cooperadas entrevistadas. A gradual conscientização por parte das cooperadas de que as cooperativas eram falsas e que o discurso dos empresários em relação a sua autonomia era desmascarado nos conflitos cotidianos entre cooperadas e empresa, provavelmente, foi uma das causas da abertura de uma cooperativa dentro da fábrica da Kao Lin e o fechamento das outras dispersas geograficamente na região.

A relevância dos dados levantados neste estudo, não se limita tão somente à descrição de um estereótipo de trabalhadoras industriais no terceiro mundo, mas relaciona-se ao fato de que o capital tem explorado todas as possibilidades para maximizar seus lucros num período de crescente globalização da produção. Para tanto, certos segmentos da força de trabalho, assim como regiões, tornam-se atrativos, se houver possibilidade de extrair-se a mais-valia de um grupo de trabalhadores, preferencialmente não-politizados, ou estabelecer-se num local onde subsídios e incentivos governamentais serão concedidos. Portanto, o fenômeno em estudo faz parte de uma tendência geral do sistema capitalista neste final de século, quando as transformações no mundo do trabalho, ocasionadas pela reestruturação produtiva, têm causado uma precarização nas relações de trabalho, que se caracteriza por uma crescente taxa de desemprego, de desregulação do mercado de trabalho, do aumento do número de trabalhadores em tempo parcial, da queda na taxa de sindicalização e

de um aumento na participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) (MENELEU NETO, 1996).

As mulheres da região do Maciço de Baturité provavelmente não formariam uma força de trabalho atrativa se a Kao Lin tivesse que lhes pagar os encargos sociais previstos em lei. Entretanto, o sistema de falsas cooperativas, criado com o incentivo do governo do Estado do Ceará, tendo como co-participantes as prefeituras do Maciço de Baturité e a empresa de confecções Kao Lin, isentou a última dos custos com os encargos sociais da mão-de-obra ocupada na montagem das confecções, uma vez que ela não é ligada diretamente à empresa, como foi explicitado anteriormente. Neste caso, o cooperativismo não foi usado como forma de humanização do trabalhador, dando-lhe mais autonomia no processo de produção, mas sim, como forma distorcida de associativismo, na qual mulheres pobres são inseridas no trabalho industrial sem vínculo empregatício, forçadas pela miséria a trabalharem em condições que, ao invés de progresso, significa retrocesso das relações trabalhistas e usurpação das conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, Luz del Alba  
1995 Feminist inroads in the study of women's work and development. In: BOSE, Christine E., ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). **Women in the Latin American development process**. Philadelphia: Temple University, p. 65-98.
- BENÉRIA, Lourdes, ROLDÁN, Martha  
1987 **The crossroads of class and gender: industrial homework, subcontracting, and household dynamics in Mexico City**. Chicago: The University of Chicago.
- BONACICH, Edna et al.  
1994 **The global production: the apparel industry in the pacific rim**. Philadelphia: Temple University Press.
- BOSERUP, Ester  
1970 **Women's role in economic development**. New York: St. Martin's.
- BRASIL  
1993 Ministério do Trabalho. Lei 5.764, de 16.12.71. 3. ed. OCB.

- BRUSCHINI, Cristina  
1988 Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares (ed.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, p. 124-142.
- BRUSCHINI, Cristina  
1995 **Trabalho feminino no Brasil: avaliação dos anos oitenta e perspectivas para o futuro**. Atibaia- São Paulo (mimeo).
- FERNÁNDEZ-KELLY, M. Patricia, SASSEN, Saskia  
1995 Recasting women in the global economy: internationalization and changing definitions of gender. In: BOSE, Christine E., ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). **Women in the Latin American development process**. Philadelphia: Temple University, p. 99-124.
- FRÖBEL, Folker, HEINRICHS, Jürgen, KREYE, Otto  
1980 **The new international division of labour-structural unemployment in industrialised countries and industrialisation in developing countries**. Cambridge: Cambridge University.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE  
1985 **Women workers in multinational enterprises in developing countries**. Geneva: ILO.
- JAQUETE, Jane S.  
1982 Women and modernization theory – a decade of feminist criticism. **World Politics**. v. 34, p. 267-284.
- KONIG, W.  
1975 Towards an evaluation of international subcontracting activities in developing countries. **Report on maquiladoras in Mexico**. Mexico City: UNECLA.
- MENELEU NETO, José  
1996 Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José, OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez e UECE, p. 75-108.
- FORTALEZA 'incha' e problemas ampliam  
1995 com êxodo rural. **O Povo**. 16 jul., p. 24-25a.
- OLIVEIRA JR., João Alencar  
1992 **Análise do processo de planejamento e das políticas de transportes no estado do Ceará – impactos sobre o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. (mimeo).
- ONG, Aihwa  
1991 The gender and labor politics of postmodernity. **Annual Review of Anthropology**. v. 20, p. 279-309.
- PEARSON, Ruth  
1986 Female workers in the first and third worlds: the 'greening' of women's labour. In: PURCELL, Kate, WOOD, Stephen, WATON, Alan, ALLEN, Sheila (eds.). **The changing experience of employment – restructuring and recession**. London: The Macmillan, p. 75-94.

- PORPORA, Douglas V., LIM, Mah Hui, PROMMAS, Usanee.  
 1989 The role of women in the international division of labour: the case of Thailand. **Development and Change**. v. 20, p. 269-294.
- RÍOS, Palmira N.  
 1995 Gender, industrialization, and development in Puerto Rico. In: BOSE, Christine E., ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). **Women in the Latin American development process**. Philadelphia: Temple University, p. 125-150.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth  
 1991 **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense.
- THORBEEK, Susanne  
 1988 Women and urbanization. **Acta Sociologica**. v. 31, p. 283-301.
- TIANO, Susan  
 1990 Maquiladora women: a new category of workers? In: WARD, Kathryn (ed.). **Women workers and global restructuring**. Ithaca: IRL, p. 193-223.
- TIANO, Susan  
 1994 **Patriarchy on the line- labor, gender and ideology in the Mexican maquila industry**. Philadelphia: Temple University.
- TODARO, Michael  
 1994 **Economic development**. New York: Longman.
- TOKMAN, Victor  
 1989 Policies for a heterogeneous informal sector in Latin America. **World Development**. v. 17, p. 1067-1076.
- Especial mulher: A grande mudança  
 1994 no Brasil. **VEJA** São Paulo: Editora Abril. ago./set.
- WARD, Kathryn  
 1990 Introduction and overview. In: Kathryn Ward (ed.) **Women workers and global restructuring**. Ithaca: IRL, p. 1-24.